DIRCURSO DO PROF. SIDNEY SANCHES - TURMA DE 1980

Exm°s. Srs. Professores Horácio de Carvalho Junior, Walker da Costa Barbosa, Diretor e Vice-Diretor da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Exm°s. Srs. Integrantes da Mesa; Exm°s. Srs. Professores.

Exm^as. Sras e Srs.

Meus afilhados, que para patrono elegeram o Eminente Professor RUBENS TEIXEIRA SCAVONE, que para emprestar nome à Turma elegeram o querido Professor JOÃO CARLOS DA SILVA TELLES, e que para intérprete aclamaram a ilustre acadêmica CRISTINA APARECIDA VIEIRA DAS NEVES.

As primeiras palavras são de profundo agradecimento por ter sido escolhido como Paraninfo por alunos do já lingínquo ano de 1976, ainda no 1º ano do Curso que agora, em 1980, estão concluindo.

Muitos dos Bacharelandos, aliás, assistiram a poucas aulas de quem os paraninfa agora.

De maneira que a atitude da escolha, já por essas circunstâncias, muito sensibilizaria o escolhido, não fora outra, de maior relevo até, qual seja a de haverem sido alunos de consagrados Mestres e Juristas de São Paulo e do Brasil, homens que aliam à sólida cultura jurídica, um prestígio invulgar no mundo do Direito. Alunos que optaram, apesar disso, por um Professor de menor expressão.

Recebo, pois, essa atitude como outra manifestação de apreço, de simpatia e de amizade, que se soma a todas aquelas exteriorizadas durante as aulas, nos intervalos, nos corredores, nos encontros ocasionais ou nas confraternizações.

Que deve um Paraninfo fazer em festiva noite de colação de grau?

Proferir uma última aula? Dar conselhos? Preparar o espírito do Bacharelando para os embates da vida? Descerrar sua própria experiência pessoal com o propósito de o alertar e prevenir? Incentivá-lo à luta pelo Direito? Revelar encantos e desencantos? Prestar um depoimento, fazer retrospectos e prognósticos?

Quem sabe se não haverá de tentar de tudo isso um pouco?

O protocolo das solenidades importantes como, por exemplo, a de colação de grau universitário, exige, em seu formalismo, um tratamento impessoal.

O orador deve tratar a todos de vós e não falar na 1ª pessoa do singular.

Como esta é minha primeira experiência de Paraninfo, já estou, por uma questão de estilo, a que não consigo escapar, falando na 1ª pessoa do singular e chamando aos afilhados de vocês como sempre.

Não há nisso desrespeito.

Há apenas a tentativa de continuar próximo de cada um, no último dia de contacto com todo o grupo presente.

Aos que me ouvem humildemente peço perdão pela quebra do formalismo. Principalmente à E. Presidência da Sessão. Mas eu não saberia ser diferente.

Há 22 anos, numa noite como esta, o Paraninfo de agora era também um Bacharelando e recebia seu título na Faculdade de Direito da Universidade de

São Paulo.

Que planos e sonhos lhe iam pela mente?

Alguns se tornaram realidade?

Devo dizer que quase todos, com a graça de Deus.

Na verdade, porém, um ainda não se consumou, embora retalhos do quoditiano o entremostrem como realidade: o sonho de que o mundo seja verdadeiramente governado pelo Direito.

Não falo de São Paulo nem do Brasil. Falo do Mundo em sua integridade.

E falo do direito no seu sentido mais amplo de Eqüidade, de Igualdade entre os Homens, de Harmonia, de Instrumento de Paz e de Justiça Social.

O mundo de 1958 é o mesmo de hoje? Melhorou ou piorou? O Direito de hoje tem mais força entre os homens? Ou menos?

A História das Civilizações mostra que os povos só se podem considerar civilizados quando o Direito prevalece.

Para TOBIAS BARRETO, "o direito não é filho do céu. É um produto cultural e histórico da evolução humana".

Tenho para mim que o homem só elabora ou aplica o Direito, quando inspirado por Deus.

O legislador, quando acerta, tem essa inspiração. Também a Justiça Humana, quando acerta.

Uma das regras elementares, para que o verdadeiro Direito triunfe, diz respeito à lealdade entre os litigantes.

Já dizia MAOMÉ: "usa de teus direitos no todo ou em parte, mas sempre com honradez".

Na verdade, como pode aspirar justiça quem se vale da injustiça para obtê-la?

Por outro lado, quem pode e não luta por seus direitos não deve reclamar do mundo que o cerca.

Quem tem direito e não pode lutar está vivendo num meio injusto.

É de SPENCER o pensamento: "Se é um dever respeitar os direitos dos outros, também é dever defender os próprios".

Essa não é, a rigor, uma idéia estritamente jurídica, pois, no plano do Direito puro e simples, a defesa do direito, via de regra, é uma faculdade, não uma obrigação, um dever.

Porém, no plano do Direito em sentido amplo, no plano do filosófico, do político-social, enfim, do humano, a defesa do direito é um dever, pois a lesão causa dano a qualquer um e não reparada no sistema social é violação a todo ele.

No dizer de MONTESQUIEU, "a injustiça feita a um é injustiça feita a todos", pois lhes quebra a segurança.

Só é justo um sistema social quando qualquer que tenha sofrido violação tenha real possibilidade de obter a reparação.

No relacionamento entre governantes e governados não pode ser esquecido o pensamento de BOLINGBROKE, segundo o qual "os direitos dos reis são depósitos; os dos povos são propriedades".

Isso em outras palavras só pode significar: os governantes não podem se olvidar de que só exercem o poder em nome dos governantes. E só é legítimo esse poder quando emana de sua vontade.

Mas voltemos à indagação: o mundo de hoje, em termos de Direito, é melhor ou pior que o de 22 anos atrás, quando o Paraninfo deixava a Vida da Escola para a Escola da Vida?

Duas coisas podem ser afirmadas sem grande risco de erro: no mundo inteiro a violência e a corrupção, que sempre existiram, se agigantaram assustadoramente.

Qual é a causa disso?

A não atuação do verdadeiro Direito em seu sentido mais amplo.

Que coisas impedem a realização desse Direito?

A mente humana, que faz do material o transcendente e do imaterial o irrelevante.

O homem está cada vez mais esquecido de Deus. Mais desligado de suas Leis.

E também aqui não se fala do Deus de minha religião, de sua religião, da religião de cada um.

Mas do Ser (ou da Força) em que acreditarmos como o único verdadeiramente superior e definitivo, origem e causa de todas as coisas.

Aos ensinamentos do Criador, revelados aos homens por seus Mensageiros autênticos (não aos que apenas se vestem de Mensageiros), a esses ensinamentos, repito, a Criatura, o ser humano está cada vez mais desatento e indiferente.

No plano do político e do social, as ideologias se auto-destroem na ânsia de implantar a sua verdade, que, todavia, em último análise, pelo que se vê, não se despreendem de uma premissa básica: o homem não é Deus, mas deve ser tratado como criatura de Deus.

O sistema social que assentar suas bases nessa premissa tem tudo para se aproximar do ideal.

E o jurista deve estar sempre lembrado da pregação de VOLTAIRE, para quem "o último grau de perversidade é o pôr as leis a serviço da injustiça".

Também não pode se esquecer da lição de CÍCERO: "nada pode ser honesto, quando a justiça falta".

Acode-nos, porém, a objeção terrível de A. FOURNIER: "Todos os séculos definiram a justiça; mas qual deles fará surgir os justiceiros".

Por que a Justiça Humana, mesmo formada por homens sérios, dignos, estudiosos, trabalhadores, dedicados, ainda assim não consegue realizar uma justiça perfeita?

Em primeiro lugar por causa da própria imperfeição humana, a que o Juiz não escapa, assim como todos os que o auxiliam na busca da solução.

Em segundo lugar por falhas de estrutura do sistema político, econômico, social, ou do próprio ordenamento jurídico constitucional, material ou processual, que não esteja inteiramente voltado para o bem-estar do homem, física e espiritualmente.

Que coisa podem os Homens do Direito fazer, inclusive os que hoje concluem sua graduação universitária?

Atentar, quando administradores públicos, legisladores ou julgadores, como representante de partes ou interessados ou mesmo na empresa privada, para que se constitua e verdadeiramente se aplique um ordenamento jurídico justo.

Com obter esse ordenamento jurídico justo?

A absoluta igualdade entre os homens é desmentida até pela natureza, pois a desigualdade natural entre um ser e outro é indiscutível.

Mas a igualdade de chances já é um bom caminho.

Todo homem deve ter acesso fácil à segurança, à instrução, ao trabalho, à saúde, à saúde, à higiene, à justiça, à aquisição de bens indispensáveis a uma existência digna, à liberdade, inclusive de pensamento e de sua manifestação, à proteção da honra.

Enfim, à vida em suas mais variadas manifestações. Em seus bens mais preciosos. Mas igualdade efetiva de oportunidades na busca da felicidade.

E não basta que isso esteja nas Constituições e nas leis. É preciso que esteja na mente de todos e de cada um. E que a luta seja para que isso se torne realidade.

Por exemplo: não basta que todos tenham possibilidade teórica de competir ao acesso às escolas e às universidades. É preciso que essa possibilidade seja efetiva, resultante de um preparo intelectual suficiente, de condições fisiológicas e psicológicas condizentes com as exigências de um aprendizado ideal.

Não basta, por exemplo, a representação teórica de grupos ou classes sociais em determinados colegiados legislativos. É preciso que os representantes efetivamente representem os representados.

É preciso que os Administradores Públicos ponham o interesse público acima do próprio interesse pessoal. Que administrem voltados para o homem e não para sua carreira política.

É preciso que os Juízes cumpram seu dever, julgando de acordo com uma consciência bem formada, dentro da brevidade possível e sem grande sacrifício para os litigantes.

É preciso que o Advogado sirva a esse objetivo, pondo todo o seu empenho, seu talento e qualificação na defesa de uma causa justa e nobre.

É preciso que as autoridades policiais sejam efetivamente autoridades. Que seus agentes sejam apenas seus agentes. E que uns e outros sejam apenas policiais. Nada mais que isso, que já é muito.

É preciso que os Professores ensinem realmente, que os estudantes estudem mesmo, sem o propósito único de passar de ano.

É preciso que os religiosos se preocupem, em primeiro lugar, com os temas da espiritualidade, com a pregação e a sustentação da fé, sem desprezar, é claro, noutro plano, o bem-estar de seu rebanho.

É preciso que os Militares dediquem maior parte de seu tempo às altas funções que lhe são cometidas.

É preciso que o homem se convença de que tão importantes quanto seus direitos são os seus deveres.

É preciso, sobretudo, que o homem se compenetre de que não será feliz enquanto viver rodeado de infelizes.

Deve exigir mais de si mesmo e menos dos outros.

Quando isso acontecerá?

Não me peçam um vaticínio.

Acho que esse tempo virá à medida em que o homem estiver mais perto do Criador.

Não apenas e tão somente com preces, com cultos, com ritos, com doutrinação ou pregação, mas, sobretudo, com atitudes de aperfeiçoamento pessoal, na vida particular e na vida pública, no lar, no grupo social, na profissão.

O papel que o Bacharel em Direito pode desenvolver na melhoria dos padrões de civilização de seu meio é indiscutivelmente muito grande.

Para isso todos vocês se prepararam, de que nós Administradores ou Professores da Escola, já demos o nosso testemunho, considerando-os qualificados.

Como devem agir os docentes?

Como lhes aprouver, é claro.

Mas daqui a 22 anos, ou muito antes, espero, quando um de vocês estiver paraninfando alguma Turma de Bacharéis em Direito, há de pensar de novo o que pensamos hoje.

O Mundo melhorou ou piorou? Que fiz eu para que melhorasse?

Os Professores da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo,em cujos nomes alimento a ousada pretensão de falar agora, esperam que esse mundo seja muito melhor.

Que o povo brasileiro seja mais feliz que hoje, que o Bacharel em Direito seja mais respeitado do que hoje, que o Direito governe nosso País em todos os momentos, que haja Paz e Justiça Social. Que o nome da Justiça seja pronunciado com reverência. E que o panorama geral do Mundo não seja diverso.

Agora uma palavra derradeira a todos aqueles que, de um modo direto ou indireto, contribuiram para essa vitória de vocês: os familiares, os parentes, os amigos, os colegas de escola, todos, os vivos e os que já se foram na esperança de uma noite como esta.

A todos, indistintamente, nossa admiração, nosso apreço e nosso aplauso pelo que fizeram.

Estamos crentes de que todos juntos, de uma forma ou de outra, ajudamos a formar profissionais dignos, nobres, que honrarão suas origens e a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e darão, a cada dia, no exercício de suas atividades, o melhor de si mesmos para que o mundo seja melhor.

Deus haverá de permitir que assim seja.

Muito obrigado.